



176  
0

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0222349-0

APELANTE: Município de Pombos

APELADOS: Givanilda José da Silva e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE EMBARGOS. FIXAÇÃO DO VALOR DA DÍVIDA. INEXISTÊNCIA DE NULIDADES. IMPERTINÊNCIA DOS ARGUMENTOS DA APELAÇÃO. APELO IMPROVIDO. 1. Trata-se de apelação cível em face de sentença proferida nos autos de 'ação de execução provisória' (contra a Fazenda Pública), originária de ação ordinária de cobrança. 2. Não merecem acolhida seja a pretensão de anulação da execução, a partir do despacho "*recebendo a inicial e determinando a citação do Apelante*", seja o pedido de indeferimento da petição inicial executiva, ao argumento de que não ocorrera o trânsito em julgado da ação de cobrança originária. 3. Isso porque o trânsito em julgado é necessário apenas para a expedição do precatório, de modo que se afigura possível a instauração do procedimento e a prática dos atos processuais antecedentes à expedição da ordem de pagamento, consubstanciada no precatório. 4. Verifica-se, por outro lado, que, muito embora a petição inicial da execução consigne a propositura de 'ação de execução provisória', o magistrado de primeiro grau – que somente determinou a citação do Município após o apensamento dos autos da execução à ação de cobrança originária – fez constar do despacho inicial citatório o registro de se tratar de 'execução definitiva contra a Fazenda Pública'. 5. Anota-se, por fim, a impertinência da pretensão de análise, nesta fase processual (limitada ao accertamento dos valores do crédito), de questões relacionadas com a regularidade processual do feito do qual se originou o crédito. 6. Com efeito, evidencia-se absolutamente descabido o exame, nesta sede, da correção, ou não, da contagem do prazo para a apresentação da contestação na ação ordinária de cobrança subjacente à ação executiva. 7. Apelo improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0222349-0, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de maio de 2013 (data de julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0222349-0  
APELANTE: Município de Pombos  
APELADOS: Givanilda José da Silva e Outros  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **apelação cível** interposta contra sentença proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Pombos, que, no âmbito de **Execução** (contra a Fazenda Pública) **NPU 0000316-03.2006.8.17.1150**, "*fixou definitivamente o valor de R\$ 47.287,31 (quarenta e sete mil duzentos e oitenta e sete reais e trinta e um centavos) COMO O VALOR DA DÍVIDA, sendo 2.055,97 para CADA EXEQUENTE*".

Nas razões recursais (fls. 142/145), o Município ora apelante argumenta que a execução foi proposta sem quem tenha ocorrido o trânsito em julgado da ação de cobrança originária, pelo que, segundo afirma, "*deveria ter morrido no nascedouro*".

Assim, preliminarmente, "*requer que o processo em tela seja anulado a partir das fls. 136 dos autos, justamente onde o nobre julgador 'a quo' despachou, recebendo a inicial e determinando a citação do Apelante, bem como que seja indeferida a inicial da Execução, nos termos do art. 295, parágrafo único, inciso I, do Código de Processo Civil*".

No mérito, aduz que, na ação de cobrança originária do título judicial exequendo, foi certificado o decurso do prazo para contestar quando "*ainda faltavam 09 (nove) dias para terminar*" e que, em razão disso, não pode provar que nunca deveu os salários cobrados.

Alega, por fim, que "*falta à presente Execução um documento indispensável para o seu prosseguimento: o trânsito em julgado da sentença que julgou procedente a ação de cobrança*".

Pede, pois, a reforma da sentença.

Os apelados, em contra-razões (fls. 149/153), sustentam que não havia a necessidade de reexame necessário da sentença da ação originária do título exequendo, "*pois o montante da dívida do Município não excede a 60 (sessenta) salários mínimos*".

Assim, pedem o improvimento do apelo.

É o relatório no essencial.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 12 de março de 2013.  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



147  
2

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0222349-0  
APELANTE: Município de Pombos  
APELADOS: Givanilda José da Silva e Outros  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Cuida-se de apelação cível em face de sentença proferida nos autos de 'ação de execução provisória' (contra a Fazenda Pública), do valor de R\$ 56.744,77 (cinquenta e seis mil setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos), conforme memória de cálculos elaborada pelos exequentes.

A petição inicial da execução subjacente relata que, na ação ordinária de cobrança que deu origem ao título exequendo, o Município de Pombos foi condenado a pagar aos autores, ora apelados, os vencimentos referentes aos meses de novembro/96, dezembro/96 e 13º salário do ano de 1996, e 1/3 de férias de 1988 a 1996, acrescidos de juros e correção monetária.

Registra, ainda, que o "*MM Juízo a quo recorreu de ofício nos termos do artigo 475, II, do Código de Processo Civil*" e, bem assim, o 'entendimento' dos exequentes, ora apelados, de que "*o Juízo ad quem manterá incólume a sentença guerreada*".

Após o apensamento da execução aos autos da ação de cobrança originária, o magistrado *a quo* proferiu despacho consignando cuidar-se de "*execução definitiva contra a Fazenda Pública*" e determinando a citação do Município executado.

A citação foi realizada em 29/08/2008, tendo o respectivo mandado sido juntado aos autos em 22/09/2008.

Após certificar-se, em 27/10/2009, o decurso do prazo para a apresentação de embargos (fl. 139), os autos foram conclusos ao magistrado *a quo*, que prolatou a sentença apelada, nos seguintes termos:

"Cuida-se de ação de execução contra Fazenda Pública Municipal ajuizada por Severino Falcão Ataíde e Outros.

Regularmente citada para embargar no prazo de 30 dias, a Fazenda executada não apresentou qualquer impugnação, conforme certidão de fl. 139.

Diante do exposto, fixo *definitivamente o valor de R\$ 47.287,31 COMO O VALOR DA DÍVIDA, sendo 2.055,97 para CADA EXEQUENTE.*

Valendo-me da equidade e observando os critérios de grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, condeno a Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios no valor de 5% do montante apurado, perfazendo a dívida total em: R\$ 49.651,67, sendo R\$ 2.256,89.

Transitada em julgado essa decisão, proceda-se nos moldes da Instrução Normativa 15/2008 do TJPE.

Como se trata de litisconsórcio ativo, as RPV's devem ser expedidas em caráter individualizado."



178  
2

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

O Município, então, interpôs o apelo que ora se analisa, argumentando que a execução foi proposta sem quem tenha ocorrido o trânsito em julgado da ação de cobrança originária, e, em vista disso, aduzindo que *“deveria ter morrido no nascedouro”*.

Preliminarmente, pois, *“requer que o processo em tela seja anulado a partir das fls. 136 dos autos, justamente onde o nobre julgador ‘a quo’ despachou, recebendo a inicial e determinando a citação do Apelante, bem como que seja indeferida a inicial da Execução, nos termos do art. 295, parágrafo único, inciso I, do Código de Processo Civil”*.

No mérito, aduz que, na ação de cobrança originária do título judicial exequendo, foi certificado o decurso do prazo para contestar quando *“ainda faltavam 09 (nove) dias para terminar”* e que, em razão disso, não pode provar que nunca deveu os salários cobrados.

Alega, por fim, que *“falta à presente Execução um documento indispensável para o seu prosseguimento: o trânsito em julgado da sentença que julgou procedente a ação de cobrança”*, e pede a reforma da sentença apelada.

Pois bem. De proêmio, tenho que não merecem acolhida seja a pretensão de anulação da execução, a partir do despacho *“recebendo a inicial e determinando a citação do Apelante”*, seja o pedido de indeferimento da petição inicial executiva, ao argumento de que não ocorrera o trânsito em julgado da ação de cobrança originária.

Isso porque o trânsito em julgado é necessário apenas para a expedição do precatório, de modo que se afigura possível a instauração do procedimento e a prática dos atos processuais antecedentes à expedição da ordem de pagamento, consubstanciada no precatório.

Verifico, por outro lado, que, muito embora a petição inicial da execução consigne a propositura de ‘ação de execução provisória’, o magistrado de primeiro grau – que somente determinou a citação do Município após o apensamento dos autos da execução à ação de cobrança originária – fez constar do despacho inicial citatório o registro de se tratar de ‘execução definitiva contra a Fazenda Pública’.

Por fim, anoto a impertinência da pretensão de análise, nesta fase processual (limitada ao accertamento dos valores do crédito), de questões relacionadas com a regularidade processual do feito do qual se originou o crédito.

Com efeito, evidencia-se absolutamente descabido o exame, nesta sede, da correção, ou não, da contagem do prazo para a apresentação da contestação na ação ordinária de cobrança subjacente à ação executiva.

Ante o exposto, **nego provimento** ao presente recurso de apelação.

Recife, 27 de maio de 2013.  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator